



XXIII Congresso Nacional do Partido Socialista

Moção Setorial

INTERIOR DE OPORTUNIDADES

Este nosso Portugal, situado no extremo sudoeste da Europa, que inclui os arquipélagos da Madeira e dos Açores localizados em pleno Oceano Atlântico, ocupa no continente europeu uma área de 88.889 km², com 561 km de comprimento, 218 km de largura (em linha reta), 832 km de costa atlântica e 1.215 km de fronteira terrestre com Espanha, e com uma população de pouco mais de 10 milhões de habitantes, aos olhos de muitos, que o comparam com outros Países, parece-lhes muito pequeno.

A verdade é que apesar da sua dimensão, são muitas as assimetrias territoriais existentes.

É no interior do Portugal que mais se denota e se sentem estas assimetrias, constituindo-se como fator de bloqueio ao desenvolvimento equilibrado do País e como um alimento para as desigualdades, que impedem um desígnio nacional comum.

A desertificação destes territórios tem apresentado um ritmo de crescimento constante e os dados atuais são alarmantes. O problema é real e agudiza-se.

Mas há dados ainda mais assustadores. A densidade populacional média do interior é de 0,28 habitantes por quilómetro quadrado e no Litoral é de 104 habitantes por quilómetro quadrado. Ou seja: 372 vezes mais.

Estes números são ainda mais preocupantes se tivermos em consideração que apenas 17% das crianças e jovens com idades inferiores a 25 anos, residem nestas zonas.



Significa que falarmos em dicotomia entre o litoral e o interior, entre as grandes cidades e aldeias de Portugal, nunca fez tanto sentido.

A realidade é que as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto concentram cerca de 45% do total da população residente no território continental, que exerce elevada pressão sobre os espaços físicos e serviços, nomeadamente públicos.

Tendo em consideração que a população residente em Portugal a 31 dezembro 2020 registou um ligeiro aumento relativamente a 2019, resultante de um ligeiro acréscimo populacional, decorrente de um saldo migratório que compensou o saldo natural negativo que se agravou.

Por outro lado, nesta mesma data constatou-se o acentuar do envelhecimento demográfico, que atingiu o valor de 167 idosos por cada 100 jovens.

Temos, pois, um interior que se destaca negativamente por uma desertificação crescente e acentuado envelhecimento.

Este território necessita de estratégias de desenvolvimento e de repovoação assentes no que distingue o PS dos outros partidos à sua direita, que opõem estratégias assentes na privatização e liberalização de serviços essenciais, na desregulação das atividades económicas e na compressão de salários e de direitos sociais, com o que sempre defendemos: a construção de um país próspero e justo depende da recuperação dos rendimentos e direitos sociais, da aposta na qualificação de pessoas e empresas e do aprofundamento das dinâmicas de inovação na economia.

No interior importa ir mais além. O Estado, tem de dotar-se de uma visão estratégica com um papel mais ativo no aceleração da transformação da sua economia, garantindo que a inovação é posta ao serviço do bem-estar social e ambiental e da coesão territorial, desta enorme região, também caracterizada pela baixa intensidade tecnológica dos bens e serviços.

É verdade que as políticas de valorização do interior concretizadas no âmbito do Plano Nacional de Valorização do Interior (PVI) – de que o PS muito se orgulha por ter sido o seu autor e implementador – já permitiu criar 24 mil postos de trabalho e promoveu um investimento de 3.800 milhões de euros.



Contudo, os trágicos acontecimentos decorrentes da pandemia Covid-19 que vivemos no País e no mundo, obrigou-nos a parar, refletir e adaptar a nossa vivência a uma nova realidade, retirar lições e avaliar novas janelas de oportunidades.

Nesta perspetiva e com estes dados propomos três eixos estratégicos:

1. Viver com qualidade e num ambiente natural;
2. O Teletrabalho e as tecnologias como facilitadores da fixação de população e preservadores do ambiente;
3. Potenciar investimentos e o turismo.

1. VIVER COM QUALIDADE E NUM AMBIENTE NATURAL

O interior de Portugal tem qualidades e características únicas: desde a simpatia e a simplicidade das suas gentes, ao encanto das suas paisagens, à riqueza e diversidade dos seus produtos e até ao seu património histórico. O interior é isto e muito mais.

Longe do ritmo acelerado das grandes cidades, as aldeias do interior são uma oportunidade para redescobrir o prazer de viver sem correrias, com (muito) menos trânsito e sem sinais de stress acumulado. Nas pequenas cidades, as distâncias são mais curtas, o que permite dispor de mais tempo livre para se fazer o que mais se gosta com a sua família. As 24 horas do dia a dia vão parecer, praticamente, 48 horas.

Por outro lado, os territórios do interior do país tendem a ser incomparavelmente mais saudáveis, em relação à poluição presente no ar e na água, e apresentam-se mais seguros, já que registam baixas taxas de criminalidade.

Acresce a possibilidade de maior integração numa comunidade, porque existe um maior sentido de proximidade.

A pandemia mostrou-nos que à escala mundial teremos de aprender a viver com a possibilidade do aparecimento e convívio com novos e nefastos vírus, que perante o desconhecimento de formas do seu controle e prevenção, poderão atirar-nos para confinamentos em que os espaços verdes limitados e controlados se constituem como garantes da saúde mental e emocional.



Neste contexto, estes territórios devem ser encarados como dinamizadores da oportunidade única e diferenciadora da qualidade de vida, relativamente aos grandes centros urbanos, aproveitando-a para captar e fixar pessoas.

Resta acrescentar às suas inúmeras possibilidades, a existência de condições singulares e inigualáveis para o preenchimento de horas de lazer, de descompressão e cultura física, como são exemplo: os percursos pedestres, os desportos de aventura e montanha.

2. O TELETRABALHO E AS TECNOLOGIAS COMO FACILITADORES DA FIXAÇÃO DE POPULAÇÃO E PRESERVADORES DO AMBIENTE

Numa altura em que a Pandemia Covid-19 abriu as portas ao teletrabalho e demonstrou que existe um grande número de profissões e trabalhos que podem ser desempenhados e desenvolvidos com eficácia à distância, impõe-se a oportunidade de utilizar esta ferramenta como veículo dinamizador da fixação da população no interior, mantendo a sua produtividade.

Captar população para uma vida de qualidade, em ambiente mais natural, mais saudável e acolhedor na proximidade, agarrada e cumprindo as oportunidades decorrentes do teletrabalho, impõe um processo mobilizador de vontades e de recursos, que resolvam os graves problemas, com o estabelecimento das ligações móveis e de internet.

Não é possível atrair empresas tecnológicas a funcionarem a partir do interior, ou trabalhar remotamente para empresas sediadas nas grandes cidades, sem que previamente se resolva a questão da cobertura de redes móveis e de internet nestes territórios em que estas comunicações têm sido vedadas.

De facto, só uma cobertura cabal e eficaz pode garantir a segurança no acesso remoto aos dados e sistemas internos empresariais, mas também construir uma economia que trate todos os trabalhadores por igual, e não beneficie só aqueles, que a eles conseguem aceder.



Se por um lado, a evolução tecnológica das ferramentas digitais – hoje mais colaborativas e interativas – abre um imenso leque de oportunidades e reduz os obstáculos à mobilidade das pessoas, por outro lado, é uma das respostas cruciais às alterações climáticas e à sustentabilidade ambiental, já que reduz as deslocações e sobrecarga dos transportes públicos e as empresas ganham em eficiência energética e melhores índices de satisfação dos colaboradores.

Um forte investimento de cobertura total e eficaz das ligações de redes móveis e de internet no interior é a direcionalidade certa para a estratégia que inverterá o fosso da densidade populacional e fixação dos mais jovens, proporcionando-lhes as condições potenciais transformadoras do seu re-enraizamento territorial em sintonia com o exercício das suas profissões e funções através do teletrabalho.

Um investimento que urge, não só pela alavancagem na fixação de pessoas no interior, mas igualmente por proporcionar aos territórios com menos densidade populacional, uma economia capaz de criar emprego em setores tecnologicamente avançados, com salários semelhantes aos dos grandes centros.

E porque independentemente do local onde residimos, todos temos o direito de viver melhor no nosso País, com acesso ao mundo e à informação global.

3. POTENCIAR INVESTIMENTOS E O TURISMO

Apesar do vasto conjunto de programas transversais e multissetoriais dedicados a empresas, entidades da economia social e entidades do sistema científico e tecnológico, que visam a criação de condições para o desenvolvimento social e económico dos territórios, promoção de emprego qualificado, reforço da formação profissional e empreendedorismo, a inovação e transferência de tecnologia, incentivos à competitividade e exportação, os estímulos ao investimento, ao emprego e à atividade económica e os apoios à fixação no interior, na realidade todo este esforço debate-se com problemas que urge ultrapassar em prol da sua eficácia e êxito.

Falamos concretamente dos excessos burocráticos no que concerne à documentação subjacente a algumas candidaturas, que requer do empresário e/ou



investidor um grande dispêndio de tempo e recursos, que deveriam ser canalizados para o seu negócio.

Por outro lado, o excesso de tempo que medeia entre o ato de candidatura e a entrega efetiva dos fundos às empresas, faz com que principalmente as pequenas empresas ou empresários que pretendem iniciar um negócio, desistam ainda antes de darem início à sua concretização. A enorme distância temporal entre uma candidatura e o arranque efetivo do projeto de negócio, é um grave fator de desmotivação e desincentivo, nomeadamente se dessa execução depender o seu salário ao fim do mês.

Não se pretende afastar a exigência, que sempre deve presidir à decisão de atribuição de apoios e/ou incentivos, é sim, absolutamente necessário que esses requisitos se adaptem e sejam proporcionais à necessidade de concretização “imediate” dos projetos.

Executar é motivar e incentivar.

Numa outra perspetiva, sendo o turismo um fator de desenvolvimento socioeconômico, as zonas de interior proporcionam a visualização de paisagens naturais, idílicas e belíssimas, enquadramentos ambientais únicos, uma gastronomia riquíssima e um espectro monumental e histórico ímpar.

Por isso, aproveitar infraestruturas existentes, como os aeródromos, que podem ser facilitadoras de deslocações entre diferentes estadias ou visitas turísticas, mas também de encontros ou concretização de negócios, é uma condição que não se pode abandonar.

As capacidades estruturais para deslocações rápidas e acessíveis, potenciam a presença das pessoas numa região. É essa a certeza que nos tem sido demonstrada com o grande crescimento de movimento de turistas em circulação nesses aeródromos.

A título de exemplo, veja-se o que tem ocorrido com o aeródromo de Viseu, já considerado o aeroporto secreto português dos ricos e famosos, por se ter transformado numa porta de entrada de estrangeiros (alguns em aeronaves



próprias) que se dirigem à zona do Dão, às quintas do Douro ou até para o Gerês (entram em Portugal por Viseu e daqui, deslocam-se de helicóptero).

Assim, as questões que envolvem os aeródromos, encarados como fatores de desenvolvimento, devem ser seriamente olhadas e repensadas, capacitando-os com meios, estruturas e inovação, que proporcionem maior segurança, fiscalização e movimento, capazes de corresponder a uma agenda de mudança de paradigma e sejam alavancas ao crescimento económico.

Com a presente moção que apresentamos neste 23.º Congresso do Partido Socialista, pretende-se de uma forma sucinta, identificar oportunidades latentes que surgiram em tempo e no âmbito da situação pandémica que Portugal e o mundo atravessam, e que só necessitam de ser exploradas e potenciadas como fator de desenvolvimento económico, captação e fixação de pessoas no interior do País.

É nossa vontade fazer sempre parte integrante da solução governativa, seja a nível local ou nacional.

Orgulhamo-nos do nosso passado e depositamos grande esperança no futuro, sempre convictos de que contribuímos para o desenvolvimento de Portugal, da nossa sociedade, das gentes e territórios do interior, para que quem lá habita possa ter um futuro ambicioso e com igualdade de oportunidades.

***O local onde nascemos,
não pode determinar as oportunidades,
nem condicionar o nosso futuro.***

1º Subscritor:

Luis Carlos Silva Soares

Nº Militante 131105

Federação de Viseu | Concelhia de Cinfães